

BOLETIM TRIMESTRAL DE INDICADORES DO TRABALHO

Número: 01/2022
Período de referência: 4º trimestre de 2021

O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda (DIER/SDE) no qual se apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral em Santa Catarina. O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho para subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento econômico no Estado. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

Luciano José Buligon
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart
Diretor de Desenvolvimento de Emprego e Renda

Ricardo Amorim
Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Dr. Leandro dos Santos
Sociólogo

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2022.

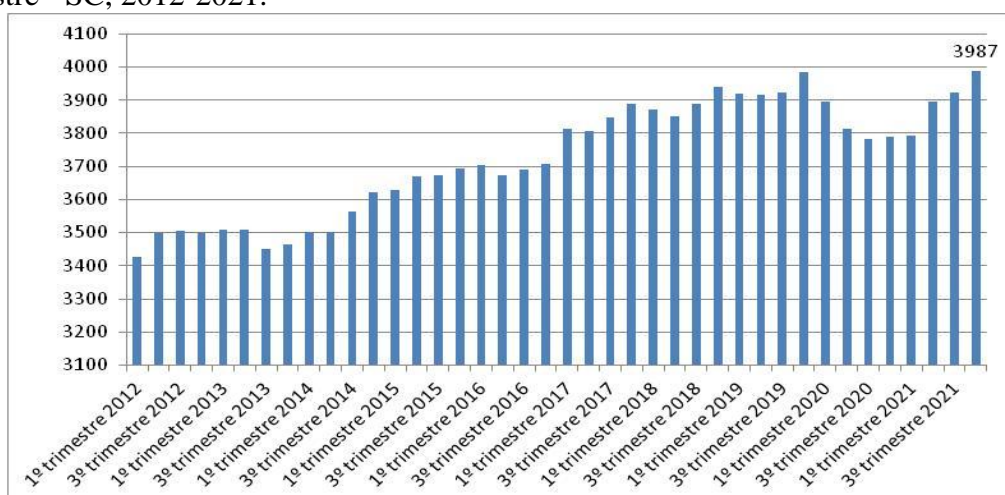
Com uma taxa de 4,3%, Santa Catarina alcança o menor percentual de desempregados desde 2015, conforme dados divulgados pela última PNADC.

Força de trabalho: Classifica-se como força de trabalho o conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Conforme dados da última PNADC/IBGE, referente ao 4º trimestre de 2021, o número total força de trabalho em Santa Catarina foi estimada em 3,987 milhões de pessoas. Esta é a maior marca desde o início da série histórica da pesquisa que teve início em 2012.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior (terceiro de 2021), houve um acréscimo de 63 mil pessoas, o que significou uma variação positiva de 1,6% da força de trabalho estadual.

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2021.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: DIER/SDE.

População ocupada: Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas. As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar. A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

O número de ocupados em Santa Catarina soma 3,815 milhões de pessoas. Em números absolutos, na comparação com o trimestre anterior, houve um acréscimo de 98 mil pessoas, o que significou uma variação de 2,6%.

Tabela 1: Ocupados por posição na ocupação, setor e categoria do emprego – SC, 3º e 4º trimestres de 2021 e 4º trimestre de 2020.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	out-nov-dez/2020	jul-ago-set/2021	out-nov-dez/2021	Comparação com o trimestre jul-ago-set/2021	
				Diferença	Variação (%)
Total	3.585	3.717	3.815	98	2,6
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.916	2.020	2.085	65	3,2
Empregado no setor privado - com carteira de trabalho assinada	1.686	1.801	1.833	32	1,8
Empregado no setor privado - sem carteira de trabalho assinada	230	219	252	33	15,1
Trabalhador doméstico	130	131	151	20	15,3
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	50	52	49	-3	-5,8
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	80	79	102	23	29,1
Empregado no setor público	384	367	360	-7	-1,9
Empregado no setor público - com carteira de trabalho assinada	44	45	47	2	4,4
Empregado no setor público - sem carteira de trabalho assinada	46	56	58	2	3,6
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	295	266	255	-11	-4,1
Empregador	196	175	192	17	9,7
Conta própria	875	952	960	8	0,8
Trabalhador familiar auxiliar	85	72	68	-4	-5,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral; Elaboração: DIER/SDE.

Dentre as posições na ocupação, em números absolutos, o empregado no setor privado (que representa atualmente 55% do total de ocupados no mercado de trabalho estadual) foi onde se registrou o maior aumento. Em relação ao trimestre anterior, houve um acréscimo de 65 mil pessoas (variação relativa de 3,2%). Entretanto, a expansão ocorreu com um quantitativo levemente superior na categoria de trabalhadores sem carteira assinada.

Já em termos relativos, a maior expansão ocorreu na posição de trabalhador doméstico (15,3%), que também registrou o segundo maior aumento em números absolutos, com o acréscimo de 20 mil pessoas. Contudo, aqui a expansão ocorreu exclusivamente com o ingresso de trabalhadores sem carteira (que foram 23 mil) e, ainda pior, houve a diminuição de trabalhadores com carteira assinada na ordem de 3 mil.

Por sua vez, os trabalhadores por conta própria (que formam o segundo maior contingente do mercado de trabalho, com 25% dos ocupados) registraram um aumento de 8 pessoas. Aproximadamente o dobro deste número foi registrado na expansão de empregadores (17 mil), o que se refletiu na significativa variação, em torno de 10% sobre o quantitativo anterior.

Por fim, o total de empregados no setor público registrou uma diferença de -7 mil pessoas. O recuo decorreu exclusivamente da queda na quantidade de militares/estatutários (-11 mil), uma vez que nas outras duas categorias (com e sem carteira) contabilizou-se inclusive um aumento de 4 mil ingressos.

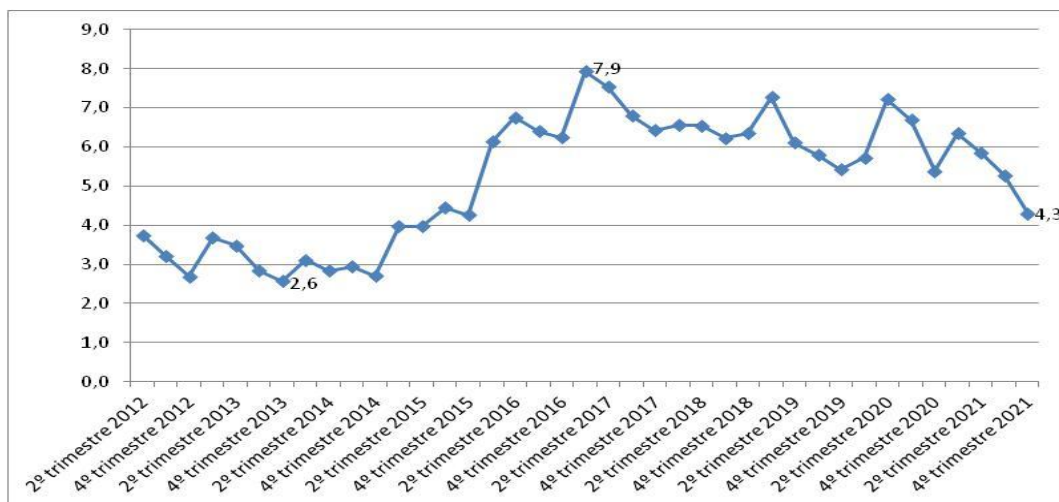
População desocupada: Classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram

providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

Por sua vez, o número de desocupados no estado catarinense foi estimado em 172 mil pessoas para o último trimestre de 2021. Comparado ao trimestre anterior, em números absolutos, registrou-se uma queda de 35 mil pessoas que saíram da situação de desemprego, ou em termos relativos, uma variação de -17%.

Com isso, a taxa de desocupação caiu 1 ponto percentual na comparação entre os dois últimos trimestres de 2021. Saiu de 5,3% (3º trimestre) para 4,3% (4º trimestre), tendo assim alcançado a menor marca em seis anos, atingindo a mesma taxa verificada no último trimestre de 2015.

Gráfico 2: Taxa de desocupação, na semana de referência, por trimestre (em %) – SC, 2012-2021.



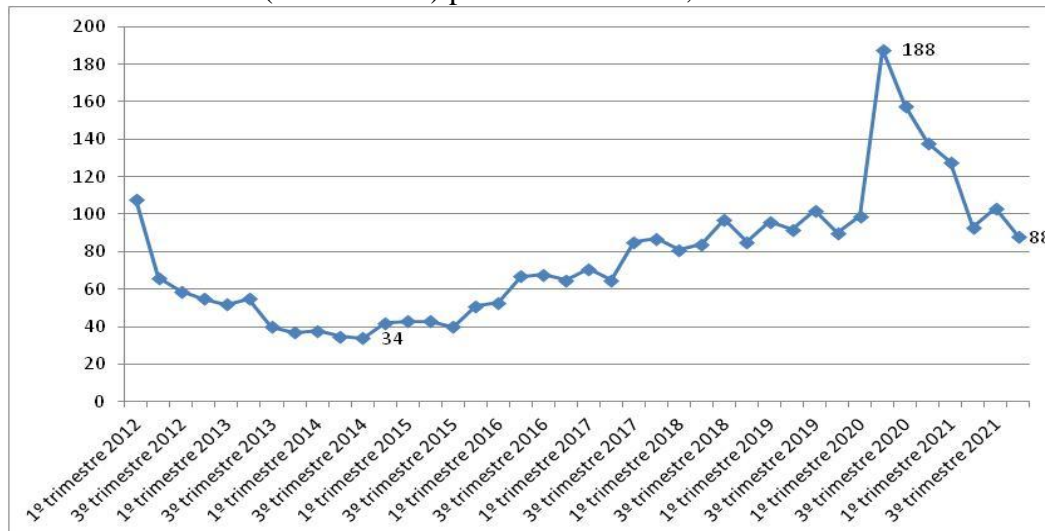
Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

FORÇA DE TRABALHO POTENCIAL: A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. É formado por dois grupos: 1) pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2) pessoas consideradas em desalento, que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

No estado, a força de trabalho potencial encontra-se estimada em 88 mil pessoas, conforme último levantamento da PNADC para o último trimestre de 2021. Na comparação com o trimestre anterior, houve uma diferença de -15 mil pessoas, o que significou uma variação de -15%.

Dentro da série histórica, após o pico registrado no segundo trimestre de 2020 (188 mil), verifica-se uma queda contínua apenas interrompida pelo terceiro trimestre de 2021. Atualmente, o contingente populacional na força potencial figura próximo aos patamares dos últimos trimestres de 2018 e 2019.

Gráfico 3: Pessoas de 14 anos ou mais de idade que compõem a força de trabalho potencial na semana de referência (em milhares) por trimestre – SC, 2012-2021.



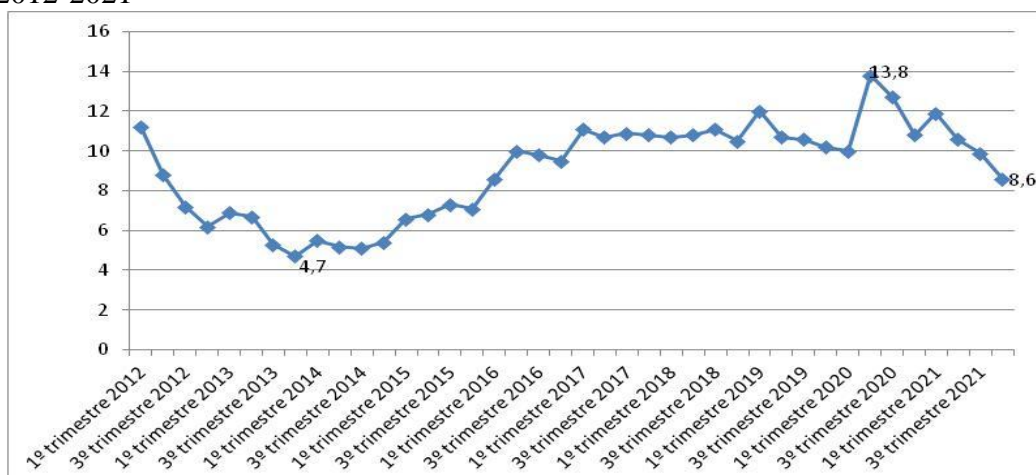
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: DIER/SDE.

TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: Considera a proporção de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial (composta por pessoas em duas situações: (I) realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana) sobre a quantidade de pessoas na força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial).

No total, conforme dados para o último trimestre de 2021, o percentual da população subutilizada foi estimada em 8,9% da força de trabalho em Santa Catarina. Na comparação com o trimestre anterior, a diferença foi de -1,3 pontos percentuais e na comparação com o mesmo período de 2020, a diferença foi de -2,2 p.p.

Dentre os diferentes subgrupos que compõem a taxa composta de subutilização, apenas na população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas registrou-se aumento na comparação entre os últimos dois trimestres (de 88 mil para 90 mil pessoas, variação de 3%). Na população desocupada a variação foi de -17%, e na desalentada de -15%.

Gráfico 4: Taxa composta da subutilização da força de trabalho (em %), por trimestre – SC, 2012-2021

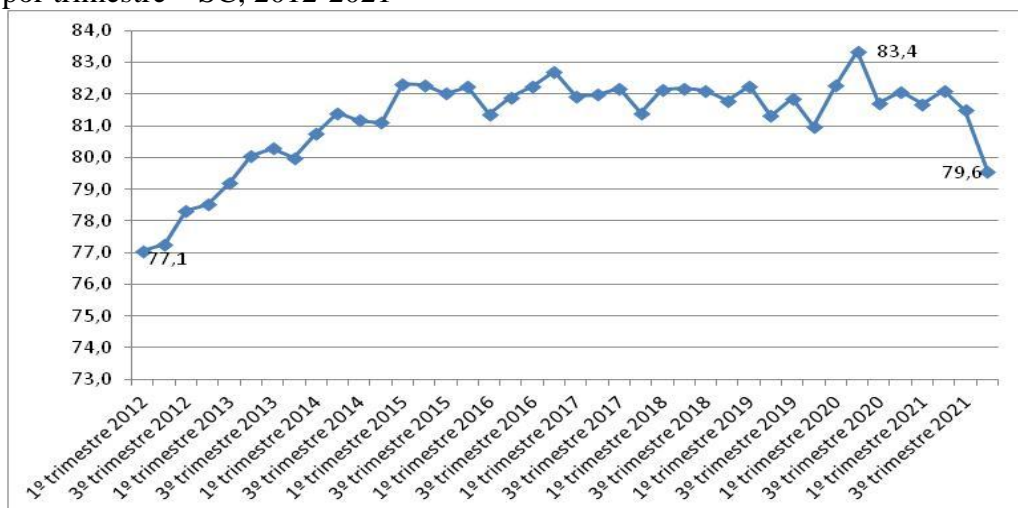


Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

TAXA DE FORMALIDADE: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência dentro da população ocupada na semana de referência (em %)

Em Santa Catarina, o percentual de pessoas, em qualquer trabalho, que contribuem para a previdência encontra-se estimada em 79,6% do total de ocupados. Na comparação com o trimestre anterior, registrou um recuo de -1,9 pontos percentuais; e em relação ao mesmo período de 2020, a diferença foi de -2,5 p.p.

Gráfico 5: Percentual de contribuintes ao instituto de previdência em qualquer trabalho, por trimestre – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE; Elaboração: DIER/SDE.

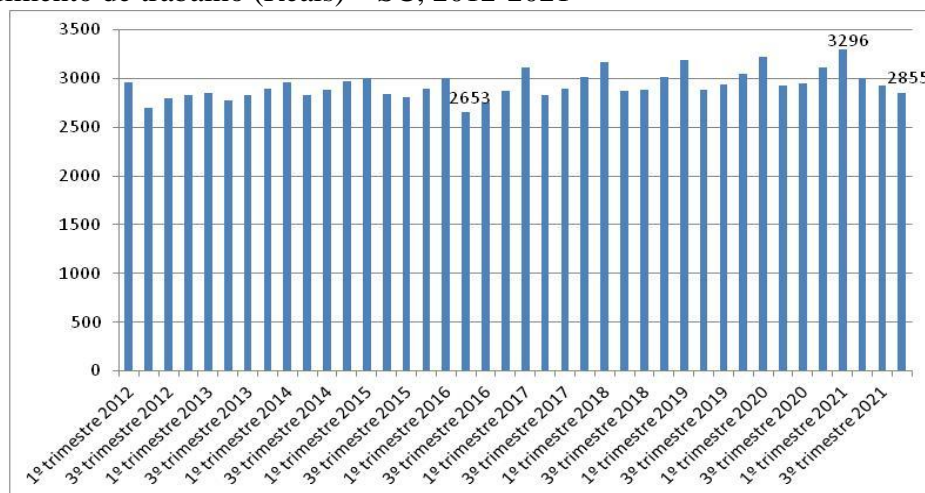
Conforme trajetória ilustrada no gráfico acima, a queda nesse indicador de formalidade ocorre em decorrência no maior ingresso de trabalhadores sem carteira

assinada (setor privado, doméstico e conta própria) em comparação com os formalizados. Por sua vez, o pico observado no segundo trimestre de 2020 (que coincide com o maior nível da força de trabalho potencial e uma das maiores de desocupação dentro da série histórica) se explica pela maior resiliência dos postos de trabalho formais em comparação com os não protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

Rendimento médio real efetivamente recebido no trabalho principal: É o rendimento bruto real médio efetivamente recebido no mês de referência no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No último trimestre do ano, o rendimento médio efetivamente recebido no trabalho principal equivaleu a R\$ 2.855. Em relação ao trimestre anterior, houve uma pequena queda de -3% no rendimento médio real, o que representa, portanto, uma redução do poder de compra do salário do trabalhador catarinense no último trimestre, em torno de R\$ 76.

Gráfico 6: Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais) – SC, 2012-2021



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Para cálculo do valor real é utilizado o deflator da média do último trimestre de coleta divulgado, conforme a Nota Técnica (maio/2015 - atualizada em 16/10/2018).